



**DECLARAÇÃO EXPEDIDA PELA INSTITUIÇÃO MÉDICO-HOSPITALAR –
COMPROVA QUE O MÉDICO ESTUDANTE FOI SUBMETIDO
E APROVADO EM SELEÇÃO PARA A VAGA NO
PROGRAMA DE ENSINO**

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o(a) Dr.(a); _____, portador(a) do passaporte ou RNE nº _____, natural de, é aluno(a) do _____ (NOME DO PROGRAMA) desenvolvido pela _____ (NOME DA INSTITUIÇÃO), no período de _____ de _____ a _____ de _____ de _____. O(A) aluno(a) está devidamente matriculado(a) no Curso da Especialidade de _____, desenvolvendo atividades na assistência médica estritamente vinculado ao programa de ensino, para fins pedagógicos, restrito ao âmbito do(s) Hospital(is); _____.

Ressaltamos que o(a) estudante pratica atos médicos relacionados e necessários ao seu treinamento somente dentro do complexo dos Hospital(is) acima nominados, sempre sob supervisão direta do Prof.(a) Dr.(a) _____, devidamente registrado(a) no Conselho Regional de Medicina sob nº _____, o(a) qual detém qualificação ética e profissional necessária para o correto exercício das atividades pedagógicas e se responsabilizará, solidariamente, pelos atos médicos praticados pelo(a) aluno(a) supervisionado(a), nos termos do art. 5º incs. V e VI, e art. 7º, § 6º, da Res. CFM nº 2.216/2018.



Neste ato, nos comprometemos a informar ao Conselho Regional de Medicina — eventual desligamento do(a) aluno(a) acima indicado(a) do respectivo curso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação da exclusão. Ademais, comunicaremos a esse mesmo Conselho Profissional acerca de quaisquer irregularidades apuradas ao longo da duração do curso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência do(s) fato(s).

Declaramos, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima apresentadas, cientes de que a falsidade poderá caracterizar o crime tipificado no art. 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Prof. Dr.(a);

(Assinatura)

CRM/UF n° _____

Diretor(a) técnico (a) Dr.(a);

(Assinatura)

CRM/UF n° _____

Art 299 Emitir em documento público ou particular, declaração que dele devia contestar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigações ou alterar a verdade sobre fato judicialmente relevante: Pena reclusão de um a cinco anos, e multa se o documento é público, e redução de um a três anos e multa se o documento é particular.